



Paisagem, memória e identidade

*Evandro Luiz de Carvalho**

Abstract

The author takes stock of the ongoing debate about Brazilian cultural heritage. He highlights the need to protect the landscape, which has a memorial and identity value. This is even more crucial for indigenous populations, which are confronted with the decolonization of the landscape caused by globalization.

Keywords: landscape, memory, cultural heritage, identity, Globalization

El autor hace un balance del debate actual sobre el patrimonio cultural brasileño. Destaca la necesidad de proteger el paisaje, que tiene un valor memorial e identitario, especialmente para las poblaciones tradicionales, ante la falta de caracterización provocada por los procesos de globalización.

Palabras clave: paisaje, memoria, patrimonio cultural, identidad, globalización.

L'autore fa il punto sul dibattito in corso riguardante il patrimonio culturale brasiliano. Evidenzia la necessità di tutelare il paesaggio, inteso come memoria e identità, soprattutto con riguardo ai popoli indigeni che si confrontano con la sua de-caratterizzazione generata dai processi di globalizzazione.

Parole chiave: paesaggio, memoria, patrimonio culturale, identità, globalizzazione

O autor faz um balanço do debate em curso sobre o patrimônio cultural brasileiro. Destaca a necessidade de proteção da paisagem, revestida de valor memorial e identitário, especialmente para as populações tradicionais, frente à descaracterização provocada pelos processos de globalização.

Palavras chave: paisagem, memória, patrimônio cultural, identidade, globalização

Introdução

A paisagem não existe fora de nós, que também não existimos fora da nossa paisagem. É por isso que falar de paisagem é sempre um pouco uma auto-referência (Berque, 1995: 102).

No Brasil, os estudos de paisagem como patrimônio cultural, como uma tipologia própria, são recentes. Data de 2007 o primeiro documento oficial que discorre sobre o tema. A Carta de Bagé ou Carta da paisagem cultural (Iphan, 2007) foi uma iniciativa do Município de Bagé no Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com instâncias do governo federal, dentre as quais o Instituto de patrimônio histórico e artístico nacional (Iphan), instituição

* Universidade do Minho, Braga (Portugal); e-mail: evandrolcarvalho@gmail.com.



responsável pela proteção do patrimônio cultural em âmbito nacional. Esse órgão, em 2009, oficializou a chancela da paisagem cultural brasileira (Portaria Iphan n.127/2009). Recentemente, o instituto suspendeu essa portaria (Iphan, 2020) e abriu à consulta pública, buscando o aperfeiçoamento do conceito de paisagem cultural, o que denota o quão iniciais são as reflexões em torno do tema no Brasil. A proteção legal da paisagem cultural requer um aperfeiçoamento nos seus princípios jurídicos e administrativos. Há ainda a necessidade de se utilizar o aparato legal conferido ao instituto do tombamento ou ao registro para a proteção da paisagem, uma vez que a chancela, por si, não conta com tal regulamentação. Até o momento, nenhuma paisagem cultural foi certificada pelo órgão do patrimônio.

No País, três conjuntos paisagísticos detêm o título de patrimônio mundial conferido pela Unesco: *Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar*, conferido em 2012, inscrita como «paisagem essencialmente evolutiva viva» (Unesco, 2013: 70); *Conjunto moderno da Pampulha*, no Estado de Minas Gerais, conferido em 2016, inscrito como «paisagem claramente definida» (*Ibidem*): *Paraty e Ilha Grande, cultura e diversidade* (*Ibidem*), no litoral Sul do Estado do Rio de Janeiro, conferido em 2019, inscrito como «sítio natural e paisagem cultural» (*Ibidem*).

Embora as discussões conceituais sobre paisagem cultural e sua chancela sejam recentes no Brasil o tema é abordado em legislação magna desde 1988. A Constituição federal já define os contornos e abrangências das paisagens culturais, preconizando sua proteção, embora falte ainda legislação própria que regulamente o preceito constitucional:

Artigo 2 - A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais.

Artigo 3 - A paisagem cultural é um bem cultural, o mais amplo, completo e abrangente de todos, que pode apresentar todos os bens indicados pela Constituição, sendo o resultado de múltiplas e diferentes formas de apropriação, uso e transformação do homem sobre o meio natural.

Artigo 5 - A preservação da paisagem cultural brasileira deve ser reconhecida mediante certificação concedida pelos órgãos de patrimônio cultural e aprovada por seus conselhos consultivos, de forma conjunta com outros órgãos públicos, organismos internacionais, organizações não governamentais e a sociedade civil, sob a forma de um termo de compromisso e de cooperação para gestão compartilhada de sítios de significado cultural (Iphan, 2007^a: 2-3).

No Brasil há vários órgãos regionais de proteção ao patrimônio cultural. Cada um desses órgãos, seja no âmbito dos Estados da federação ou dos municípios, detém autonomia administrativa e jurídica para promover a proteção legal de bens patrimoniais através do "tombamento": este termo, palavra de origem lusitana, advém dos antigos registros das possessões ultramarinas da coroa portuguesa na Torre do Tombo em Lisboa. A designação 'tombamento' guarda essa tradição. São designados de 'registros' os assentamentos em livro próprio quando o bem é de natureza imaterial.



Figura 1 - Construções sobre palafitas na Vila de Elesbão, Estado do Amapá



Fonte: Iphan in Pereira, 2018: 109.

À preocupação do poder público com a paisagem materializa-se com a atual discussão sobre o valor cultural que impregna certos conjuntos naturais e/ou edificados representativos da identidade e da memória de muitas coletividades. Esses ‘cenários’ paisagísticos são muitas vezes repositórios das tradições e memórias de muitas comunidades no extenso e diverso território brasileiro. Há no País uma valorização significativa de tais marcos nacionais que se ancoram no patrimônio cultural (Cagriota, 2009), seja ele de natureza material, bens edificados, documentais, artísticos e paisagísticos ou de natureza imaterial, como o registro de festas, celebrações ou ofícios tradicionais. As paisagens culturais, juntamente com os itinerários culturais, passaram a figurar em debates sobre a importância de se reconhecer e proteger alguns territórios como intrinsecamente ligados às comunidades tradicionais ou detentores de valores identitários da nação. Exemplos desse debate estabelecem-se em torno de alguns conjuntos paisagísticos, dentre os quais podem ser citados: a) os Roteiros nacionais de imigração (Roteiros nacionais de imigração, on-line), no Estado de Santa Catarina,

de Norte a Sul de Santa Catarina, as regiões onde foram implantadas as colônias de imigrantes podem ser identificadas pela composição da paisagem, especialmente nas áreas rurais: pequenas propriedades distribuídas por estradas de terra que acompanham o curso dos rios, com elementos naturais (vales, córregos, montanhas, matas) estabelecendo uma estreita relação com as intervenções humanas (conjuntos de casas e ranchos, hortas, jardins, plantações e criação de animais), caracterizando as paisagens culturais da imigração (Iphan, 2007: 56);

b) os da Vila de Elesbão, no Estado do Amapá, onde uma comunidade de artesãos navais exerce suas técnicas tradicionais na construção de barcos. Esta comunidade vive em



palafitas nas margens do Rio Amazonas (Figura 1) e tem sua atividade laboral, de lazer e moradia, intimamente ligadas ao território (Pereira, 2018: 106).

Exemplo de itinerário cultural atualmente em discussão, a Rota das missões jesuíticas dos povos guaranis guarda vestígios remanescentes das missões na região, caracterizando uma particular organização social e forma de ocupação do território sul-americano. «Será o primeiro roteiro desenvolvido para o Projeto itinerários culturais que passará por Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia» (Rota das missões jesuíticas guaranis, moxos e chiquitos, on-line), como um marco identitário dos primórdios da colonização no Sul do Brasil e demais Países.

Este projeto resgatará os itinerários da catequese dos povos indígenas que habitavam a região entre os séculos XVI e XVIII. A conversão dos índios ao cristianismo se dava juntamente com o ensino da escrita e da leitura, além de técnicas para a agricultura. Este legado foi reconhecido pela Unesco em 1983-1984 como patrimônio mundial, tendo sido chanceladas as edificações missioneiras em quatro Países latino-americanos:

São Miguel Arcanjo (Brasil); as reduções de San Ignacio Mini, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto e Santa Maria Mayor (Provincia de Misiones, Argentina); as Misiones da Santísima Trinidad de Paraná e Jesus de Tavarangue (Paraguai); e as Misiones jesuíticas de Chiquitos (Bolívia) (*Ibidem*).

As paisagens e itinerários culturais representam construções sociais dos povos em interação com a natureza. Os caminhos percorridos pelas populações, suas vias de acesso aos recursos naturais, as interligações entre as comunidades, bem como suas técnicas laborais e meios de subsistência, impregnam os lugares, lhes conferem identidade. As paisagens culturais podem ser testemunhos de fatos ligados à história das nações, como no caso das missões jesuíticas, ou *locus* referencial de comunidades remanescentes, como a da Vila de Elesbão, que guardam tradições pelos seus próprios *modus vivendi*. As marcas do homem em seu território serão sempre passíveis de registros identitários, memoriais e afetivos.

1. O dilema do patrimônio na globalização

Dentre os motivos que parecem justificar uma significativa ressurgência do tema do patrimônio cultural, é a constante ameaça representada pelos processos de globalização. Tais processos colocam em risco, em especial, a preservação de paisagens tradicionais como um elemento fundamental de ancoragem da memória dos povos, especialmente no Brasil. Este processo pode ocasionar a perda de cenários fundamentais para as populações locais (Iphan, 2011) ou até mesmo para a história das nações.

Os processos de globalização e o desenvolvimento da comunicação são fenômenos que impactam significativamente a forma como percebemos a realidade. Esses fatores parecem ter ensejado uma vertiginosa aceleração do tempo e de forma significativa também



impactaram o espaço, diluindo o sentido de território e identidade. A possibilidade de acesso à informação e sua vertiginosa propagação parecem ter ‘encurtado’ a permanência no tempo do que é relevante, sejam fatos, crenças, pessoas ou objetos, tudo parece ser tragado pelo efêmero e transitório. Há uma atualização minuto a minuto, um eterno ‘agora’ se impõe, feito de milhares de fragmentos de fatos sem duração. Uma transição permanente se apresenta cotidianamente. O tempo, no dizer de Zygmunt Bauman (2001), tornou-se líquido: «vivemos tempos líquidos, nada é para durar» (Bauman apud Carvalho, 2014: 68).

Se o tempo foi tragado pela impermanência, o espaço parece ter sido igualmente desterritorializado (Fernandes, 2008). A impermanência do tempo é contemporânea da imprecisão dos lugares. «O desejo de tudo fazermos em um período de tempo cada vez mais curto, de não perdermos nada do que se passa, já não só à nossa volta, mas também no mundo, não permite a vida nos espaços físicos que ocupamos» (Sá, 2015: 211). A inquietação espacial parece se dar no manejo das tecnologias interativas, nunca se está onde se está, o espaço físico é dividido com o espaço virtual. Com celulares à mão, o espaço se desdobra em outros lugares e outras interações que não as do espaço que poderíamos vivenciar na plenitude de nossos sentidos. Marc Augé (1994) nos fala de ‘lugares’ e ‘não-lugares’, os primeiros seriam carregados de simbolismos, de memória e história, enquanto os ‘não-lugares’, ao contrário, não seriam espaços identitários, relacionais e históricos. A ‘supermodernidade’, no dizer do autor, multiplicou esses ‘não-lugares’. São esses os espaços virtuais, como citado, que nos cobram presença em outros ambientes. Mas também podem sê-lo os espaços físicos ‘reais’. Os shoppings centers e aeroportos são espaços nos quais a relação que se estabelece é quase sempre funcional e não guardam memória ou carga simbólica, são lugares de passagem. É perfeitamente possível entrar e sair desses espaços, automaticamente, com interações mínimas e em quase anonimato, estabelecendo uma espécie de «contratualidade solitária» (Augé apud Sá, 2015: 213). Seriam espaços esvaziados de memória, ainda que para algumas pessoas possam guardar vestígios de conteúdo simbólico e relacional.

Ainda como fenômenos dessa «desterritorialização» (Raffestin, 1993: 143) tem-se o intenso trânsito de mercadorias e pessoas, a padronização da produção de bens e serviços, que exerce impacto sobre a paisagem nos territórios. Das plantas das fábricas aos metrô e shoppings centers, é perceptível a pressão crescente do capital para a padronização de produtos e serviços. Essa pressão é invariavelmente unidirecionada, vem dos Países mais industrializados e impõe aos periféricos suas agendas e modelos. O que poderia ser um processo de união para o mútuo desenvolvimento, torna-se uma dominação em quase todos os campos, das dietas alimentares à morfologia das cidades, no limite, dos valores e crenças. Esse é um processo «hierárquico, construído para perpetuar um sistema de dominação sobre outros subsistemas, em benefícios de alguns» (Santos, 1993: 19).

Os shoppings centers, como citados anteriormente, são emblemáticos nesta dinâmica. Ao entrarmos nesses estabelecimentos, no Rio de Janeiro, Montevideú, Buenos Aires, Lisboa ou Paris, é notável suas semelhanças, obedecem às mesmas lógicas de consumo e



comportamento, as disposições arquitetônicas e escalas são muito similares. A começar pelo termo em inglês que o define; dificilmente um cidadão brasileiro reconhecerá num ‘shopping center’ um ‘centro de compras’ ou ‘centro comercial’, o que corresponderia a sua tradução literal. É curioso como esses ‘shoppings centers’ se espalharam por pequenas e médias cidades brasileiras. Não é raro vê-los disputando a paisagem urbana com casas simples ou mesmo no meio de centros históricos:

Hoje, o shopping contrapõe a paisagem do “centro” sua proposta de cápsula espacial condicionada pela estética do mercado. [...] Para um recém-chegado de Júpiter, somente o papel-moeda e a língua dos vendedores permitiria saber onde está. A constância das marcas internacionais e das mercadorias se soma à uniformidade de um espaço sem qualidades (Sarlo, 1997: 17).

A indiferenciação e a padronização alcançaram os lugares, comprometendo o sentimento de pertença das populações. Se estou num lugar que pode ser em qualquer lugar, possivelmente estou num ‘não lugar’ (Augé, 1994). De igual modo as fronteiras nacionais entre os Países tornaram-se fluidas, a globalização afetou «a consciência humana, as normas de conduta dos indivíduos e dos grupos. Ela [transformou] as identidades individuais e coletivas. [Atuou] nas fronteiras das classes, das regiões e das nações» (Giraud, 2007: 389).

A globalização não constitui uma novidade histórica propriamente. Desde a primeira caravela a singrar os mares e descobrir o Novo mundo, e até antes disso, os dominadores já impunham seu padrão e sua cultura aos povos originários. O que ganha especial relevo é a aceleração à qual se está submetido e a capacidade de difusão de produtos, serviços e ideias que desafiam qualquer resistência, sobretudo em Países periféricos e especialmente para a cultura dos povos tradicionais.

Ao se imporem valores por meio de uma poderosa maquinaria de comunicação e propaganda, construída, em muitos casos, nos Países centrais do Norte, tem-se o concreto e significativo apagamento de traços das culturais tradicionais, especialmente daquelas que dentro do Brasil já são periféricas. Assim, coletivos tradicionais como os ribeirinhos, pescadores artesanais, caiçaras, quilombolas, vazanteiros (povos que têm a vida ligada ao ciclo dos rios), camponeses empobrecidos, colonos imigrantes, índios (Pereira, 2018: 26), dentre outros, que constituem a diversa, mas frágil etnicidade brasileira dependem cada vez mais de ações governamentais e da sociedade civil organizada para a sua sobrevivência cultural e salvaguarda de suas paisagens de origem.

Ao fenômeno da fragmentação do tempo e da desterritorialização do espaço¹ contemporâneo, soma-se a perda dos meios de memória. A descaracterização provocada pelo

¹ «O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação), o ator territorializa o espaço. [...] O território nessa perspectiva é um espaço onde se projetou, energia e informação, que por consequência, revela relações marcadas pelo poder» (Raffestin, 1993: 143).



êxodo das populações para os grandes centros, fenômeno que precede a globalização, mas se intensifica com esta, provocou a quebra de laços familiares, normalmente com membros mais velhos da família. Este desenraizamento, não só espacial, mas simbólico e memorial, é identificado por Pierre Nora (1993).

A memória perdura-se em lugares, como a história em acontecimentos (Nora, 1993: 25).

Os lugares para Nora são fragmentos onde se ancoram as lembranças. Segundo o autor, nossa necessidade de lugares de memória surge no mundo contemporâneo porque perdemos os “meios de memória”. O que era transmitido de geração em geração, numa narrativa oral que permitia manter viva a tradição de famílias e coletividades, perdeu-se em novos hábitos que não contemplam mais estas antigas formas de transmissão do vivido (Nora apud Carvalho, 2014: 67).

Os lugares de memória ganham especial relevância no mundo contemporâneo. Num cenário de fragilização dos vínculos familiares, territoriais e temporais, o patrimônio cultural, que supostamente ancora memórias e permite o reconhecimento do que é familiar e ainda aglutina elementos identitários das comunidades e nações, torna-se especialmente importante.

2. A paisagem cultural: um conceito dinâmico

A polissemia em torno da palavra paisagem torna sua definição algo complexo e dinâmico. Há muito, no entanto, que seu significado deixou de representar apenas um conjunto geomorfológico.

A paisagem não é um objeto. Para compreendê-la, não basta saber como se agenciam morfologicamente os componentes do ambiente [...]. Dito de outra forma, aquilo que deriva do objeto, incluindo o corpo humano como tal considerado; é preciso também conhecer as determinações culturais, sociais e históricas da percepção. Isto é, aquilo que constrói a subjetividade humana (Berque, 1995: 89).

Um aspecto bastante difundido é a ideia de paisagem ligada à natureza, deixando excluídos os espaços urbanos. É recente a atribuição do conceito aos conjuntos nas cidades. De fato, são esses que impõem os maiores desafios à categorização da paisagem cultural, tal a diversidade e aglutinação de culturas que se observa especialmente nas médias e grandes cidades no mundo. Meneses (2002) nos relata que este fato é curioso, já que a sensibilidade paisagística teria nascido justamente nos meios urbanos, e que a noção de paisagem teria escapado aos camponeses, (Roger apud Meneses, 2002), os quais não teriam «ultrapassado o teto da ‘proto-paisagem’» (Meneses, 2002: 39). O autor segue afirmando que as primeiras representações pictóricas de paisagens foram idealizações dos habitantes da cidade e muito pouco tinham a ver com a real experiência dos camponeses de então. Isto, contudo, não lhes tira a imensa carga simbólica depositada por



essas populações em seus territórios. Ritos de fertilidade e invocações ancestrais e míticas são plenamente reconhecíveis na paisagem entre os camponeses.

Desta forma, fenômeno do campo ou da cidade, a paisagem é aquilo que se faz dela, ou ainda, é a interação entre natureza e cultura. O indivíduo cria e transforma, ou se adapta ao ambiente de acordo com as suas necessidades mais imediatas de sobrevivência. Mas a paisagem também carrega narrativas e é submetida às variabilidades culturais e históricas que lhe dão sentido.

A natureza, muitas vezes, se encarrega da transformação da paisagem, conferindo-lhe um caráter mutante. O homem poderá transformar a paisagem, bem como esta poderá se impor, requerendo adaptações dramáticas para a sobrevivência tanto física quanto simbólica. Um terremoto, tsunami ou uma erupção vulcânica são eventos naturais dramáticos que podem reconfigurar a paisagem e afetar a percepção dos indivíduos sobre o território de forma significativa. Desta maneira, a «paisagem é uma entidade relativa e dinâmica, onde a natureza e a sociedade, olhar e ambiente, estão em constante interação» (Berque, 1994: 6).

Um interessante exemplo dessa dinâmica ocorre quando a paisagem é impactada por forças naturais que a reconfiguram periodicamente tornando-a um fenômeno ‘móvel’. A ocorrência da ‘pororoca’ do Rio Amazonas é emblemática. O termo vem da língua indígena tupi e significa ‘estrondar’. O evento é causado pelo encontro das águas do mar com a dos rios em sua foz. Não é exclusivo dessa região, mas ocorre com especial relevância no Rio Amazonas, região Norte do Brasil. Esse ‘estrondo’ das águas arrasta árvores, barcos e casas que encontra em seu caminho. As águas podem subir de 3 a 6 metros e alcançam velocidades de 10 a 15 milhas por hora.

O fenômeno da Pororoca é regular e acontece predominantemente de janeiro a maio e leva a população ribeirinha a tomar providências, realocando suas embarcações para locais mais seguros. A violência das águas altera a configuração das paisagens, especialmente nas margens dos rios. E é esse fenômeno, de natureza móvel da paisagem, que inspira as populações na criação de histórias e lendas que povoam o imaginário popular.

Diz a lenda que, antigamente, a água do rio era serena e corria mansinha. As canoas podiam navegar sem perigo. Nessa época, a Mãe-d’Água, mulher do boto Tucuxi, morava com a filha mais velha na Ilha do Marajó. Certa noite, elas ouviram gritos: os cães latiam, as galinhas e os galos cocoricavam. O que é? O que é?

Tinham roubado Jacy, a canoa de estimação da família.

Remexeram, procuraram, e, nada encontrando, a Mãe-d’Água resolveu convocar todos os seus filhos: Repiquete, Correnteza, Rebujo, Remanso, Vazante, Enchente, Preamar, Repona, Maré Morta e Maré Viva. Ela queria que eles achassem a embarcação desaparecida. Mas passaram-se vários anos sem notícia de Jacy. Ninguém jamais a viu entrando em algum igarapé, algum furo ou mesmo amarrada em algum lugar. Certamente, estava escondida, mas onde?

Então, resolveram chamar os parentes mais distantes – Lagos, Lagoas, Igarapés, Rios, Baías, Sangradouros, Enseadas, Angras, Fontes, Golfos, Canais, Estreitos, Córregos e Peraus – para discutir o caso. Na reunião, resolveram criar a pororoca, umas três ou quatro ondas fortes que entrassem em todos os buracos dos arrebaldes, quebrassem, derrubassem, escangalhassem, destruíssem tudo e apanhassem Jacy e o ladrão (Santos N., 1993: 36 e 37)



O dramático fenômeno da natureza ganha seu contorno simbólico com a criação da narrativa popular. A explicação do evento, para além de seu caráter oceanográfico, reveste-se de crenças e valores das populações que o presenciam. A paisagem é, portanto, o que a natureza proporcionou e o que o homem nela percebe. Como o conjunto de nuvens que, de forma original e única, emolduram o céu a cada dia, o homem social e histórico engendra sentidos, cria e ressignifica valores associados a paisagem. As montanhas, o mar e os rios poderão conformar uma paisagem há milênios, mas a interação com os grupos humanos performará experiências únicas e sempre dinâmicas.

3. Paisagem, memória e sentido de pertencimento

Diante de aspectos tão dinâmicos da natureza, natureza esta que contém o próprio homem histórico, como imaginar um lugar de memória (Nora, 1993), de pertencimento, que ligue as populações à paisagem e lhes permita um sentimento de familiaridade?

Berque (1994) nos coloca uma paisagem como uma ordem relacional – sujeito e objeto – onde as relações de caráter simbólico, através da cultura, naturalizam a subjetividade coletiva. A lenda da Pororoca evoca afetividades e reencontros dos indivíduos da comunidade em torno do lúdico e do mito, reunindo na paisagem os elementos e forças da natureza num amálgama de sentidos: «Mãe-d'Água resolveu convocar todos os seus filhos: Repiquete, Correnteza, Rebujo, Remanso, Vazante, Enchente, Preamar, Reponta, Maré Morta e Maré Viva» (Santos N., 1993: 37).

O homem, interagindo com essas forças da natureza, reúne-as numa narrativa compartilhada, 'naturaliza'², por meio da cultura, uma experiência. «A amplitude da experiência ou conhecimento pode ser direta e íntima, ou pode ser indireta e conceitual, mediada por símbolos» (Tuan, 1983: 7). Pode haver elementos aglutinadores na paisagem que fixem a experiência, como a da Pororoca, por exemplo. As narrativas, como as da lenda de Jacy, são compartilhadas e dessa forma podem ser 'fixadas' numa memória coletiva. A memória coletiva, como nos afirma Maurice Halbwachs, «refere-se a uma memória social, exterior ao indivíduo, estendida no tempo, [...]. Essa memória é o invólucro das memórias individuais e conserva os fatos acontecidos na sociedade à qual o indivíduo pertence» (Halbwachs, 1990: 65).

As paisagens, desse modo, podem agregar o particular e o coletivo através do compartilhamento das memórias nos grupos humanos. Podem conter o material e o imaterial, quando lhes são atribuídos valores simbólicos, míticos, sociais e políticos que vão muito além da busca dos recursos necessários à sobrevivência nos territórios. Compreender a paisagem como memória coletiva de um lugar é buscar um sentido de identidade entre os indivíduos e de pertencimento entre indivíduos e o lugar.

² Claval (2001) nos fala que são pelas práticas sócio-espaciais envolvendo aculturamentos e adaptações que ocorrerão artificializações da natureza e naturalização do artificial.



A paisagem responde aos imperativos da territorialidade e do sentido de pertença, ou seja, à necessidade de inserir a trajetória biográfica não apenas em um eixo temporal, mas também espacial. Necessidade esta que atende aos requisitos de produção e reprodução material da vida, mas que vem impregnada de sentidos, valores e expectativas (Meneses, 2002: 33).

A paisagem como elemento aglutinador de identidade dos povos e nações é bastante difundida. É notória sua menção nos símbolos pátrios. Realiza-se uma evocação à natureza reunida em metáforas paisagísticas das nações. Um princípio, uma gênese fundadora paisagisticamente construída a dar contorno a nação. Ainda que tal paisagem-metáfora não represente uma parcela definida do território, ela pretende constituir uma unidade identitária isomórfica reunindo seus cidadãos nos territórios idealizados. Sem esses elementos, «a identidade nacional [...] perderia muito de seu fascínio feroz [...], [perderia] a mística de uma tradição paisagística particular: sua topografia mapeada, elaborada e enriquecida como terra natal» (Schama apud Costa e Serres, 2016: 164). O Hino nacional brasileiro parece compor essa mística. Reunindo em suas estrofes evocações de natureza idealizada, constrói uma paisagem prefigurada, um cenário pátrio para abrigar os seus nacionais num território singular.

Se em teu formoso céu, risonho e límpido
A imagem do Cruzeiro resplandece [...]
Deitado eternamente em berço esplêndido
Ao som do mar e à luz do céu profundo [...]
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores
Nossos bosques têm mais vida
Nossa vida, no teu seio, mais amores [...]
(Hino nacional brasileiro, on-line).

Se a paisagem foi utilizada como repositório da identidade da nação, permitindo impregná-la de uma poderosa unicidade cultural, convocando todos os seus nacionais a viverem ao ‘som do mar e a luz do céu profundo’, hoje, é a pluralidade que desafia o sentido identitário da paisagem. Não mais uma única paisagem nacional hegemônica, mas várias ‘micro paisagens’, que buscam representação junto aos mais variados grupos que compõem a nação. «Ribeirinhos, pescadores artesanais, caçaras, quilombolas, vazanteiros, camponeses empobrecidos, colonos imigrantes, índios» (Pereira, 2018: 26), nos mais longínquos rincões do Brasil devem poder ver, reconhecidos em seus territórios, suas raízes, memórias e valores.

O cenário paisagístico se multiplica nos territórios urbanos, e parece haver ainda um longo caminho para assumi-los como paisagens culturais. O reconhecimento como patrimônio mundial pela Unesco do Rio de Janeiro (Brasil) aproxima essa perspectiva de chancelas sobre áreas urbanas, mas as áreas propriamente urbanas foram excluídas no sítio, mantendo-as ‘apenas’ como áreas de amortecimento (Cardoso, 2016).



Foi particularmente interessante o debate em torno da inclusão das favelas nos sítios. Várias discussões ocorreram entre especialistas e órgãos técnicos responsáveis pela redação do dossiê de candidatura a ser apresentado à Unesco sobre a inclusão ou não das favelas na delimitação do sítio. Por fim, houve a delimitação da área a ser chancelada com a exclusão das favelas, algumas delas limítrofes ao sítio (Figura 2).

Figura 2 - Rio de Janeiro, (seta azul) delimitação do patrimônio mundial. Abaixo, (seta vermelha), favela Santa Marta no Bairro de Botafogo



Fonte: Instituto Rio patrimônio da humanidade (Irph).

Tidas como anomalias habitacionais e ‘ocupações irregulares’, as favelas reúnem uma população empobrecida e em condições habitacionais muito precárias. Parece evidente que performam um modo de vida e de sobrevivência únicos e reconhecidamente rico em manifestações culturais dentro e fora desses territórios. É particularmente notável a produção, especialmente musical, que destaca os aspectos paisagísticos da Cidade do Rio de Janeiro e reconhece nas favelas não só a violência e a precariedade, mas a arte e a cultura, intrinsecamente ligadas a esses territórios e seus cenários. «Cartola e Carlos Cachça, célebres compositores brasileiros, deram os seus testemunhos com a música Alvorada gravada em 1968» (Romanelli, 2015: 113).

Alvorada lá no morro
 Que beleza
 Ninguém chora
 Não há tristeza
 Ninguém sente dissabor
 O sol colorindo é tão lindo



É tão lindo
E a natureza sorrindo
Tingindo, tingindo
A alvorada

Esses territórios singulares normalmente ocupam as encostas dos morros, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, e muitas vezes são procurados por visitantes e turistas pois permitem as mais belas perspectivas da cidade.

Não está no escopo desse artigo refletir sobre os critérios da chancela da Unesco, seus limites e conceitos, mas salientar as dificuldades inerentes ao reconhecimento de áreas urbanas, essencialmente dinâmicas e ‘vivas’, como paisagem cultural. Esses territórios reúnem uma população significativa e sua adaptação ao lugar se deu por meios peculiares de sobrevivência. Excluídos dos processos de urbanização desde as grandes reformas de Pereira Passos, prefeito do Rio que implantou a ‘Paris tropical’ no início do século XX, as favelas e seus habitantes têm-se constituído um repositório da cultura popular, e por que não dizer, de resistência nas cidades.

4. Conclusão

A paisagem cultural tem despertado interesse na área do patrimônio cultural no Brasil. A necessidade de preservação de sítios históricos e territórios ocupados por grupos sociais tradicionais têm mobilizado os órgãos responsáveis pelo patrimônio em diversas instâncias governamentais. Parece necessário e urgente a criação de mecanismos de salvaguarda que impeçam a descaracterização de ambientes paisagísticos representativos das culturas locais, resistindo a uma poderosa maquinaria de massificação, padronização e homogeneização dos territórios provocadas, especialmente, pela globalização.

A paisagem, intrinsecamente ligada aos indivíduos que nela habitam, representa elementos agenciadores da memória e das identidades individuais e coletivas, na medida que contém referências históricas e culturais da ocupação e adaptação do homem ao meio ambiente natural. É, dessa forma, elemento fundamental de pertencimento e identidade dos sujeitos históricos e sociais que transformam os meios em que habitam e são igualmente afetados por esses.

Referências bibliográficas / References

- Augé M., *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*, Papirus, Campinas, 1994.
- Bauman Z., *Modernidade líquida*, Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2001.
- Berque A., *Paysage, milieu, histoire*, in Berque A., *Cinq propositions pour une théorie du paysage*, Champ Vallon, Seyssel, 1994, pp.11-30.



- Berque A., *Raisons du paysage. De la Chine antique aux environnements de synthèse*, Hazan, Paris, 1995.
- Castriota L.B., *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*, Annablume, São Paulo, 2009.
- Claval P., *As abordagens da geografia cultural*, in Castro I.E., Gomes P.C.C., Correa, R.L. (orgs.), *Explorações geográficas: percursos no fim do século*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2001, pp.89-117
- Costa L.C.N., Serres J.C.P., *Memória, identidade e paisagem cultural: interfaces na constituição do patrimônio brasileiro*, «Patrimônio e Memória», 12(1), 2016, pp.158-178.
- Fernandes J.L.J., *A desterritorialização como factor de insegurança e crise social no mundo contemporâneo*, in *I Jornadas internacionais de estudos sobre questões sociais*, Associação para a investigação e desenvolvimento sociocultural (Agir), Povoia de Varzim, 2008, pp.423-447.
- Giraud O., *A globalização vista do Norte e do Sul: quais os seus mecanismos sociais?*, «Caderno Crh», 20(51), 2007, pp.389-399.
- Halbwachs M., *A memória coletiva*, Vértice, São Paulo, 1990.
- Instituto Rio patrimônio da humanidade, *Patrimônio cultural carioca*, em <https://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapSeries/index.html?appid=d3906debb8724872a7a50608d2fae884>, acessado em 22 de novembro de 2020.
- Iphan, *Carta da paisagem cultural*, Iphan, Bagé, Iphan, 2007^a, em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/671>, acessado em 22 de novembro de 2020.
- Iphan, *Dossiê de tombamento dos roteiros nacionais de imigração*, vol.2, 11^a ed., Superintendência regional do Iphan, Santa Catarina, 2007.
- Iphan, *Nota técnica n.44/2020/Etl-Ba/Iphan-Ba*, em <https://avoador.com.br/wp-content/uploads/2020/10/Nota-tecnica-Iphan.pdf>, acessado em 15 de novembro de 2020.
- Iphan, *Reflexões sobre a chancela de paisagem cultural brasileira*, Coordenação de paisagem cultural, Brasília, 2011, em <http://portal.Iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1757>, acessado em 25 de junho de 2011.
- Iphan, *Rota das missões jesuíticas guaranis, moxos e chiquitos*, em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1124/>, acessado em 22 de novembro de 2020.
- Iphan, *Roteiros nacionais de imigração*, em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/671>, acessado em 22 de novembro de 2020.
- Iphan, *Seminário semana do patrimônio. Cultura e memória na fronteira*, Governo de Bagé, Secretaria municipal de cultura de Bagé, Ministério da cultura, Instituto de patrimônio histórico e artístico do Estado do Rio Grande do Sul, Universidade regional da campanha, Universidade federal de pelotas, Bagé, 18 de agosto de 2007, em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-02062011-074942/publico/Anexos.pdf>, acessado em 3 de novembro de 2020.



- Letras, *Hino nacional brasileiro*, em <https://www.lettras.mus.br/hinos-de-paises/46368/>, acessado 22 de novembro de 2020.
- Meneses U.T.B., *Turismo e paisagem*, in Yázigi E. (org.), *Contexto*, São Paulo, 2002.
- Nora P., *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, tradução de Aun Khoury Y., «Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História», 10, 1993, pp.7-28.
- Pereira D.C., *Paisagem como patrimônio: entre potencialidades e desafios para a implementação da chancela da paisagem cultural brasileira*, dissertação de mestrado, Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional, Rio de Janeiro, 2018, em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Danilo_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20pep_Vfinal_corrigena%20%20\(2\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Danilo_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20pep_Vfinal_corrigena%20%20(2).pdf), acessado em 18 de novembro de 2020.
- Raffestin C., *Por uma geografia do poder*, tradução de Maria Cecília França, Ática, São Paulo, 1993.
- Romanelli F.A., *Alvorada lá no morro, que beleza! Hermínio, a paisagem e as cores do samba*, «Em Tese», 21(3), 2015, pp.104-118.
- Sá T., *Lugares e não lugares em Marc Augé*, «Tempo Social. Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo», 26(2), 2015, pp.209-229.
- Santos M., *A aceleração contemporânea*, in Santos M. et al., *Fim de século e globalização*, Hucitec, São Paulo, 1993, pp.15-22.
- Santos N., *Pororoca, a onda lendária*, «Revista Amazon View», 58, 1993, pp.36-37, em <https://www.construirnoticias.com.br/pororoca-a-onda-lendaria/>, acessado em 18 de novembro de 2020.
- Sarlo B., *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina*, Editora Ufrj, 1997, em <file:///C:/Users/evand/Documents/Andre%20Cavaco/Cenas%20da%20vida%20pos-moderna%20-Beatriz%20Sarlo.pdf>, acessado em 05 de novembro de 2020.
- Souza S.L.M., Carvalho E.L. (orgs.), *Patrimônio cultural: educação para o patrimônio cultural*, Instituto estadual do patrimônio cultural, Rio de Janeiro, 2014.
- Tuan Y., *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*, Difel, São Paulo, 1983.
- Unesco, *Orientações para a aplicação da convenção do patrimônio mundial, cultural e natural*, Paris, 2013.

Recibido: 10/09/2020

Aceptado: 30/01/2021

